

DOM VITAL: A QUESTÃO RELIGIOSA, A CRISE POLÍTICO-SOCIAL NA PROVÍNCIA PERNAMBUCANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS DURANTE O SEGUNDO REINADO

Rodrigo Dantas de Medeiros *

Carlos Henrique Gileno **

DOM VITAL: A RELIGIOUS QUESTION, A POLITICAL-SOCIAL CRISIS IN THE PERNAMBUCO PROVINCE AND ITS QUALITIES DURING THE SECOND REIGN

Resumo

O presente artigo visa analisar a trajetória intelectual e política do pernambucano Vital Maria Gonçalves de Oliveira (Dom Vital), cujo nome de batismo era Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior (1844-1878). Após assumir a Diocese de Olinda, Dom Vital foi um dos principais atores políticos envolvidos na Questão Religiosa (1872-1876). Aquele movimento envolveu a Igreja Católica, a Monarquia brasileira e a Maçonaria, sendo mais intenso no território da Província de Pernambuco. A Questão Religiosa contribuiu para a crise política do Império, onde a tríade de atores políticos (Dom Pedro II, Visconde do Rio Branco e Dom Vital) produziu grande agitação que se estendeu aos mais distantes rincões do país: de um lado, o Estado imperial e a Maçonaria, personificados nas figuras de Dom Pedro II e do Visconde de Rio Branco, e de outro, a Religião, representada pelo prestigiado bispo olindense.

Dom Vital. Questão Religiosa. Igreja Católica. Império. Maçonaria.

Abstract

This article aims to analyze the intellectual and political trajectory of the Pernambuco Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior (1844-1878). After assuming a Diocese of Olinda, Dom Vital was one of the main actors involved in the Religious Question (1872-1876). That social movement is a Catholic Church, a Brazilian Monarchy and a Freemasonry, where it is felt most intensely in the territory of the Province of Pernambuco. The Religious Question contributed to the political crisis of the Empire, where a strategy of political rights (Dom Pedro II, Visconde do Rio Branco and Dom Vital) produced a great action that extended to the most distinct corners of the country: on the one hand, the State imperial and Freemasonry, personified in the figures of Dom Pedro II and the Viscount of Rio Branco, and on the other, a Religion, represented by the prestigious Bishop of Olinda.

Dom Vital. Religious Issues. Catholic church. Empire. Masonry.

* Graduado em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1018). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2018). E-mail: rodrigo.de.medeiros@hotmail.com

** Professor Assistente Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). E-mail: : cgileno@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Não é possível entender a Questão Religiosa sem antes observar a formação intelectual de Dom Vital, a qual se desenvolveu fundamentalmente na França. Naquele país, o bispo pernambucano estabeleceu profundos contatos com o ultramontanismo¹ e com o pensamento tradicional do catolicismo francês, que estava se reerguendo do choque provocado pela Revolução Francesa e, em consequência, lutava para separar as ideias que não estavam associadas com a Tradição da Igreja Católica.

Dom Vital observou igualmente *in loco* o grande confronto que havia entre a Igreja e a Maçonaria na França e no continente europeu, não perdendo de vista a igreja galicana que era uma espécie de igreja estatal francesa. Naquela igreja, os bispos juravam perante o Estado e eram escolhidos por este e não mais por Roma, fato que provocou divisão da Igreja Católica na França.

Os ultramontanos defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada. No Brasil o movimento do ultramontanismo foram D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, e D. Vital de Oliveira, bispo de Pernambuco, fiéis cumpridores das orientações pontifícias mesmo entrando em choque contra a autoridade do governo imperial. (AZZI, 1994, p. 8).

Retornando ao Brasil e nomeado bispo da diocese de Olinda, Dom Vital encontrou cenário nada diferente daquele que tinha observado em solo francês: maçonaria atuante e a Igreja sob os mandos do governo central com tendências liberais, onde os membros eclesiásticos eram funcionários públicos do Estado. A Maçonaria, antes de ocorrerem os acontecimentos que a levou ao combate contra os bispos, não tinha grandes problemas com a Igreja no Brasil, tanto que muitas confrarias e comunidades eram formadas por maçons que se diziam católicos.

De fato, a efervescência de ideias durante os anos 70 do século XIX brasileiro,

¹ Do latim *ultramontanus*. O termo designa um importante papel ao Sumo Pontífice, na direção da fé e do comportamento do homem. O termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano ("além dos montes"). O nome ultramontano era utilizado pelos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder de Roma e aplicavam o termo aos partidários daqueles que queriam manter a centralidade da Igreja no Papa.

No início do século XIX, com os constantes conflitos entre a Igreja e o Estado por todo o mundo, foram chamados de ultramontanos aqueles que defendiam a liberdade da Igreja e sua independência perante o poder estatal. Foi marcado assim como uma reação ao mundo moderno e como a orientação política de alguns católicos, tendo sua base na centralidade vaticana e no Papa.

DOM VITAL:

contribuiu para aumentar a crise política e institucional que começava a assolar o Império. Se no início a Questão Religiosa era regional, logo se espalhou amparada pela voz tonitruante do bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, que também seria preso, juntamente com Dom Vital. Vale ressaltar, ainda, os ferrenhos embates na imprensa entre os jornais católicos e maçons, centrados em Recife, e que repercutiram até o Rio de Janeiro.

Dom Vital: Suas origens

Mas quem foi o Dom Vital? Gilberto Freyre define com clareza, em prefácio à obra do professor Nilo Pereira, como construía a figura de Dom Vital:

Quem menos demagogo que o desassombrado Dom Vital Maria de Oliveira? Define-o o Professor Nilo Pereira: “digno, simples, sóbrio, até, mas imponente na sua majestade de Bispo”. Além do que, ecologicamente recifense: “criou-se, então, magro e anguloso, como o próprio Recife é magro e anguloso, a figura do herói...” Caracterização em que não há exagero: nunca, em todo o passado brasileiro, foi alguém mais heroico em sua resistência a poderosos avassaladores do que esse capuchinho nascido “amarelo de Goiana”. Amarelinho do mito. Amarelinho intransigente na defesa da sua fé que era – e é – a da grande maioria dos brasileiros”. (FREYRE, in prefácio, PEREIRA, 1966).

O jovem Antônio nasceu na cidade de Pedras de Fogo, em 27 de novembro de 1844. Aos nove anos foi matriculado no Colégio do Benfica em Recife. Foi um aluno exemplar, chegando a receber o título de Imperador, ou seja, aquele que mais se destacava entre os alunos. Foi na cidade de Recife que Antônio teve os primeiros contatos com a Ordem Capuchinha, chegando a realizar longas conversas com Frei Caetano de Messina, onde expunha os seus desejos e pedia conselhos ao Frei capuchinho.

Nesse cenário, o jovem e decidido Antônio ingressara no Seminário de Olinda, considerado um dos melhores do Brasil à época. Ficou no seminário por três anos; logo no seu primeiro ano, confessou ao Bispo o seu desejo de usar a batina, episódio que se efetivou em cerimônia de 16 de dezembro de 1860. Terminado o curso de filosofia, pois, o jovem seguia aquilo que era sua intenção inicial, e partia para o Seminário de São Sulpício em Paris, na França, embarcando em 1 de outubro de 1862, chegando à capital francesa em 21 de outubro, contando 18 anos. Já no ano de 1863, vestia o hábito religioso na França, trocando seu nome, de Antônio, pelo do chefe dos filhos de São

Francisco que foram mártires no Marrocos, passando a se chamar a partir desse momento, Frei Vital Maria de Pernambuco.

Terminado o curso de Teologia Dogmática, passou ao Convento de Tolosa, para iniciar o estudo da Moral e se preparar para exercer o Sacerdócio. No dia 2 de agosto de 1868, na Igreja da Imaculada Conceição de Matabieau, foi conferido o presbiterato ao jovem, e logo foi enviado pelos seus superiores para São Paulo, onde deveria ensinar no Seminário. Passou os anos de 1869-70 em Itú, interior de São Paulo, vindo a se destacar como professor e pregador. Neste momento da biografia do Frei Vital, ocorreu evento que mudaria completamente a sua vida.

Em São Paulo passou Fr. Vital os três anos mais tranquilos de sua vida. Pelos fins de maio de 1871, recebeu uma carta Do Ministro do Império, anunciando-lhe tê-lo designado para ocupar o bispado de Olinda. Imaginai a surpresa do jovem frade. Quem teria lembrado ao Imperador o seu nome? Talvez o Ministro que era amigo particular da família do humilde capuchinho. Além disso, querendo o Imperador testemunhar a sua gratidão para a Ordem Capuchinha, pelos relevantíssimos serviços prestados ao Brasil, aproveitou o ensejo de nela achar um padre brasileiro para elevá-lo à dignidade episcopal. (OLIVOLA, 1963, p.46)

Dom Frei Vital, o novo Bispo de Olinda não completara 28 anos quando foi elevado à dignidade episcopal.

A Questão Religiosa

No Brasil, a inércia, a rotina e o profundo conformismo marcavam a Igreja no Império. O processo rotineiro eclesial era amarrado por uma estrutura que mal funcionava, e padecia de vícios que seriam até mais graves que a burocracia estatal da época. Essa grande fragilidade da infraestrutura imperial proporcionava grande dificuldade de comunicação, ocasionando o isolamento das paróquias e destas com os seus bispados. Junto a tais problemas, cabia ao regime confessional depender da burocracia oficial do Estado: “nomeação de prelados e de vigários, criação de dioceses, desmembramentos de paróquias, construções de igrejas, manutenção de culto, salário do clero, etc”. (MONTENEGRO, 1972, p.127). Esse fato criou uma Igreja sem autonomia e unidade estrutural, pouco atuante e dependente do poder estatal, já que os seus membros eram meros funcionários públicos. De fato, o que estava para ocorrer no Brasil diferia daquilo que acontecia na Europa: tendo em vista igualmente as características da Maçonaria no Brasil, diferente da europeia, não se tratava de embates entre católicos e

DOM VITAL:

ateus, ou católicos e protestantes. Ao contrário, em sua essência, era um conflito de católicos contra maçons que se diziam católicos, escolásticos e ortodoxos.

João Cruz Costa, ao escrever em seu livro sobre “Um bando de ideias novas” (1956) traz o pensamento de Silvio Romero sobre a situação brasileira da época:

O decênio que vai de 1868 até 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. [...]. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; [...] De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu em toda sua nudez. (ROMERO, apud COSTA, 1956, p.112)

O início dos problemas

O grande litígio que envolveria Dom Vital estava se aproximando. Importante, pois, frisar o fato que desencadeou a Questão Religiosa. No dia 2 de março de 1872, foi organizada festa em homenagem ao senhor José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Recentemente, Rio Branco havia sido eleito presidente do Conselho e Ministro da Fazenda do Império, e também obtido o grau supremo de Grão-mestre do Grande Oriente do Vale do Lavradio no Rio de Janeiro. Aquela festa da maçonaria contou com a presença do padre José Luís de Almeida Martins, que pronunciou um discurso no melhor estilo maçônico (MACEDO, 1977). O citado padre foi repreendido pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, insistindo para que se afastasse da maçonaria como exigiam as normas da Igreja, mas que não haviam recebido o beneplácito imperial. Indiferente ao apelo do bispo, o padre Luís de Almeida fez questão de publicar em jornais por todo o Brasil o seu discurso na loja maçônica. O bispo novamente admoestou o sacerdote, exortando-o para que deixasse a maçonaria e reparasse aquilo que estava se tornando um escândalo. O padre Almeida Martins se obstinou no ato, e por isso o bispo suspendeu as suas ordens sagradas (VACCARIA, 1952).

Com essa atitude do bispo do Rio de Janeiro, as lojas maçônicas se sentiram ofendidas; principalmente o próprio Visconde do Rio Branco. Assim, a 16 de abril de

1872², realizaram uma Sessão Extraordinária, onde foi decretada intensa campanha da imprensa contra o episcopado e a Igreja a ser feita em todo o Brasil, unindo os dois grandes orientes da Maçonaria, o Vale dos Beneditinos e o Lavradio. Não obstante, a questão tomou tamanha proporção que transbordou os limites da Corte, invadindo os cantos mais longínquos do país. Ao chegar ao nordeste, àquela questão foi de encontro ao recém-nomeado bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria, que ainda se encontrava na província de São Paulo, local em que acabara de receber a unção episcopal. As armas estavam preparadas, e o jovem bispo era considerado um perigoso ultramontano, e que por isso as pessoas de Pernambuco deveriam ser precavidas daquilo que as esperava (GUERRA, 1952).

A Maçonaria presente no Brasil se diferenciava, até então, em suas ações, da europeia, pois em terras brasileiras ela se adaptou aos credos, às instituições e às poesias religiosas, assim como à tradição liberal que havia penetrado na consciência brasileira, fazendo com que certo cientificismo político entusiasmasse as pessoas. Porém, a reação, principalmente desencadeada pelo recém nomeado bispo pernambucano, era totalmente inesperada pela maçonaria, que havia se acostumado à passividade dos bispos, como fora no Rio de Janeiro, onde o bispo local pouco reagiu às agressões. Jamais um membro do episcopado teve tal reação aberta e direta. Assim, aumentaram-se os ataques, fazendo com que o bispo de Olinda ficasse cada vez mais irritado. Dom Vital, que despira o hábito religioso da passividade e da bondade que faziam parte do seu temperamento, vestiu a armadura de combate político. Não mais suportou os vexames a que estavam expostos o clero, e deixaria de usar termos e atitudes pacíficas. A guerra agora seria aberta: “Absurdo contra absurdo; revide contra perseguição; justiça contra a má fé; decisão contra a violência; vanglória contra intolerância...” (GUERRA, 1952, p. 66). Com respeito aos padres, Dom Vital atuou pronta e diretamente, afastando-os de compromissos e da convivência com a Maçonaria, restando, pois, resolver o caso dos civis. As repercussões pelos acontecimentos na diocese de Olinda não tardariam a chegar à capital do Império.

² Segundo a ata de reunião do Grande Oriente, em Sessão Extraordinária, n°. 686, de 16 de abril de 1872, sob a presidência do Visconde do Rio Branco. Disponível do site da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 20 de agosto de 2018. < http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1872_00006.pdf >

As notícias chegam ao Rio de Janeiro

Não seria estranho pensar na parcialidade do Primeiro Ministro, Visconde do Rio Branco - à época exercia a função de Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil - que atraiu a inteira responsabilidade dos acontecimentos para o gabinete do Império, fato que poderia deixar de lado a responsabilidade do Imperador sobre os acontecimentos. Por sua vez, se a maioria no parlamento e mesmo a magistratura do Império tivessem agido de forma diversa, o Imperador poderia ter outra atitude política.

Deveras, a posição de Dom Pedro II não será a mesma de toda a família imperial. Por exemplo, a herdeira do trono, Princesa Isabel, agiria com muita prudência perante os atos de seu pai junto às partes envolvidas; porém ao interceder pelos bispos que seriam presos, a Princesa sofreria, posteriormente, os efeitos da grande campanha contra a “beata” que nunca deveria assumir o trono. D. Pedro II era figura singular, e realmente não era ligado à religiosidade da Igreja. Aproximava-se do liberalismo presente na Maçonaria de então; era reformista, liberal na esfera da cultura e não estava ativamente ligado ao catolicismo às enunciações místicas da religiosidade que estavam implantadas na massa popular. Contudo, não podemos considerar o Imperador como ateu, mas católico por sua tradição e ancestralidade familiar.

A questão que se colocava era o levante da Igreja contra o Estado através do direito dos bispos de exercerem a administração das irmandades religiosas. Tal direito cabia ao poder espiritual ou temporal? Para os regalistas³, não era assunto dos bispos. Para a Igreja, não era assunto para o poder temporal.

A imprensa de Recife

A imprensa recifense teve papel marcante nos embates de ideias que ocorreram durante a década de 1870.

Entre 1870 e 1876 o Recife é teatro dum intenso debate filosófico-religioso, que se reflete na imprensa sob a forma de polêmicas e discussões, muito ao gosto do tempo. É precisamente nessa fonte que devemos procurar a gênese da chamada Questão Religiosa, dessa luta entre a maçonaria e os Bispos de Olinda e do Pará, ou melhor, entre o Estado e a Igreja. Na imprensa do Recife – a imprensa católica e a imprensa maçônica – travou-se um longo debate, que não somente mostra uma fase do jornalismo pernambucano, mas o ardor do combate. (PEREIRA, 1966, p.19).

³ Doutrina que defende a intervenção do chefe de estado em assuntos internos da Igreja Católica.

O que estava ocorrendo na imprensa de Recife transformou Pernambuco “no centro principal de irradiação anti-clericalista [sic] e a presença ali do bispo Dom Frei Vital, de ações decididas e corajosas, atraía para o Recife as atenções de todo o Brasil”. (GUERRA, 1952, p. 82). O turbilhão que se formava na intelectualidade pernambucana é bem relatado por Wilson Martins:

[...] uma parte do clero e dos fiéis, simpática às tendências liberais, tomou posição contra os bispos; ao contrário, o segmento conservador dos políticos, publicistas, intelectuais, jornalistas, professores, batalhou em favor dos seus pontos de vista, contra a ‘opressão’ e a ‘violência’ do poder público. Entre estes últimos, merece destaque o jurista recifense José Soriano de Sousa, filósofo e publicista ultramontano [...]; era diretor do jornal católico *A União*, único periódico que assumiu a defesa de D. Vital. Havia então no Recife, segundo enumerava o próprio Bispo de Olinda, dois jornais maçônicos, *A Família Universal* e *A Verdade*; [...] (MARTINS, 1996, p.387)

Também nessa época são feitos abaixo-assinados que são levados ao povo para solicitar ao Imperador punições severas aos ultramontanos, o que levou o jornal católico *A União* a publicar que várias pessoas se diziam coagidas a assinarem as petições contra sua vontade.

Perturbações públicas em Pernambuco

Em verdade, a população - ao ser privada da totalidade dos sagrados ofícios religiosos, que haviam sido suspensos - começou a engendrar conflitos. Boa parte dos fiéis ainda se mantinha firme e piedosa junto aos seus vigários, porém outra parte revoltou-se e fez coro com a maçonaria. A ordem pública já estava se perturbando, o que provocou a reação do poder imperial, onde o Ministério da Justiça oficiou o presidente da Província, Comendador Henrique Pereira de Lucena sobre onde chegariam essas perturbações da ordem, comunicando o envio de tropas, munições, equipamentos, para conter problemas futuros.

Dom Frei Vital, ao chegar à sede do episcopado de Olinda, soube preparar cuidadosamente um corpo de combate de religiosos dedicados, colocando-os nas principais paróquias da Diocese. Ao soarem as trombetas dos litígios, o clero da Diocese manteve-se fiel ao seu bispo, que já afastara aqueles que eram suspeitos de alguma forma. No Recife, os motins eram corriqueiros, e o ambiente na cidade era de pura desordem. Por exemplo, na missa de Natal a 24 de dezembro de 1872, quiseram obrigar

DOM VITAL:

o pároco, Simão d'Azevedo Campos, a celebrar a cerimônia na porta externa da Matriz, sem prévia licença do bispo, como era a norma. E, ante a recusa do padre, alguns elementos exaltados quiseram linchá-lo, apedrejando toda a casa onde ele havia se refugiado (GUERRA, 1952).

Em decorrência dos conflitos que surgiam, qualquer entendimento possível estava cada vez mais distante. As ofensas vinham de ambos os lados e se intensificavam casos de irmandades religiosas que proibiram a entrada de padres em suas próprias igrejas. Porém, o maior incidente ainda estava para acontecer: o deão do Cabido de Olinda, Reverendo Joaquim Francisco de Faria, bem estimado na Maçonaria, mas desobediente aos princípios religiosos, fora advertido por Dom Vital. Reincidente, acabou por ser suspenso pelo prelado.

Foi este um motivo para graves perturbações da ordem pública. Na tarde de 14 de maio teve lugar uma manifestação de solidariedade ao deão Faria, partida de vários exaltados, seguindo-se uma passeata de protesto que se dirigiu ao colégio dos Jesuítas, localizado no Recife, em cuja capela, repleta de fiéis, estava sendo rezado o mês Mariano. A turba encolerizada invadiu a igreja quebrando os púlpitos, confessionários, painéis, quadros e até imagens, enquanto os padres que reagiam eram espancados, vindo um deles, o padre Virgili, que na ocasião já se encontrava doente, a falecer vítima da violência da agressão. Da capela seguiu para as tipografias do jornalzinho "O Católico" e do jornal "A União", empastelando-os e destruindo tudo: tipos, livros, coleções, máquinas, biblioteca, etc. Não satisfeita ainda rumou para os colégios das Irmãs de Santa Doroteia e para o próprio palácio do bispo, onde chegaram até a arrombar o portão principal, com fins inconfessáveis, é obvio...Nesta ocasião Dom Frei Vital, depois de mandar iluminar todos os aposentos, apresentou-se pontificalmente revestido, da sacada do palácio, ante a multidão alucinada, que, estremeceu de respeito, parando nos seus ataques. Foi então que a polícia se apresentou, dispersando, sem dificuldade, o povo. As autoridades provinciais limitaram-se a mandar ligeiros informes para a Corte, enquanto a imprensa silenciava lamentavelmente. O único protesto levantado foi a circular de 19 do mesmo mês, dirigida por Dom Frei Vital aos fiéis do Recife [...] (GUERRA, 1952, p.89-90).

Segue, pois, os trechos dessa circular de Dom Vital, posterior ao grave acidente ocorrido:

Depois dos nefastos acontecimentos, que há dias, surpreenderam tão desagradavelmente a nossa pacífica população, levando a consternação e o assombro ao seio das famílias, e desafiando a justa indignação até mesmo dos indiferentes, sentimos a imperiosa necessidade de fazer-vos ouvir a nossa voz de Pastor.[...] Com espanto e amargura deparamos por toda a parte com destroços, estragos e sinais de devastação vandálica. Vimos, compungidos, as pacientes vítimas contusas e feridas; mas, resignadas e com o sorriso da inocência nos lábios. Contemplamos, com respeito e veneração desvios ao mártir, uma delas sobre quem desfecharam golpes

sacrílegos, no próprio leito da dor, no qual, a dias, jazia enferma. Parece incrível nem sequer ao mísero doente pouparam! Vimos e tocamos as suas feridas. Vimos, com pasmo e dor indizível, as lajes e as paredes tintas do seu sangue sacerdotal.

Oh! Pernambuco! Pátria sempre amada! Pátria muito querida! Consentiste que dentro em teus muros fosse derramado o sangue inocente! Deixaste que alguns dos teus filhos pusessem mão violenta sobre o ungido do senhor! (VITAL apud GUERRA, 1952, p. 90-92).

Apesar de tudo, Dom Frei Vital não transigia em seu combate a Maçonaria, e continuava com os interditos contra as irmandades e confrarias religiosas, chegando ao ponto de praticamente paralisar o culto religioso em algumas cidades da Diocese. É de fundamental importância assinalar que Dom Frei Vital adquiriu a sua formação intelectual em uma Europa saturada de ódio recíproco entre o clericalismo e o anticlericalismo maçônico. Ao ser escolhido bispo, Dom Frei Vital observava a deficiência vivenciada pelo clero no Brasil: os prelados se mostravam incapazes, por sua baixa formação clerical decorrente da redução do noviciado imposto pelo governo Imperial.

A prisão de Dom Vital

Eis que a Questão Religiosa começava a tomar as suas conclusões. Dom Vital era irredutível em não reconhecer a competência do Supremo Tribunal da Justiça em matéria espiritual. Contrariado, o Supremo Tribunal de Justiça decretou a prisão do Bispo. O mandado de prisão datava de 22 de dezembro de 1873, e declarava que a autoridade judiciária e a Polícia deveriam prender o referido bispo e enviá-lo imediatamente à cidade Rio de Janeiro, para defender-se e assistir ao julgamento (REIS, 1940). No ato da prisão, Dom Vital ouviu as interpelações do juiz, negando-se a obedecê-las ao evocar imunidades eclesiásticas que lhe garantiam a liberdade de expressão. O juiz, embaraçado, requereu auxílio ao chefe de Polícia, de dois oficiais e demais agentes. Enquanto esperava, o bispo foi aos seus aposentos, regressando assim que chegou a força policial.

[...] apresentou-se em paramentos pontificais com mitra e báculo. Leu sua carta de protesto contra o decreto de prisão que violava as imunidades eclesiásticas. Depois disto encaminhava-se, assim paramentado, disposto a ir a pé até a prisão. Mas o juiz, receando um tumulto popular, pôs a mão sobre os ombros de D. Vital, declarando-o preso. Fê-lo em seguida entrar num carro qualquer, e o levou, sem mais, para o Arsenal da Marinha. Este ato provocou a indignação de parte do povo, que já antes da prisão bradava em Recife: Queremos livre o nosso Bispo, não deixaremos que o levem daqui; lutaremos com todas as forças! (VACARIA, 1957, p.58).

DOM VITAL:

A violência do ato chocou o espírito público. Mesmo a imprensa se conteve, pois se tratava de um espetáculo inédito: um bispo retirado à força de sua Diocese, remetido à Justiça civil para ser preso. O Brasil não era uma nação com maioria protestante, mas católica, onde a Constituição definia que ninguém poderia ser perseguido por motivos religiosos. Era, todavia, castigado exemplarmente, como um funcionário público desobediente.

Decidiu-se por levar rapidamente o prisioneiro para o Rio de Janeiro. Na noite de 5 para 6 de janeiro, o navio de guerra “Recife” saía do porto pernambucano em direção à capital do Império. No dia 8 de janeiro, ao desembarcar em Salvador, Dom Vital foi alvo de manifestações por parte dos católicos baianos, principalmente do Primaz do Brasil - Dom Manuel Joaquim de Silveira - que severamente se pronunciou na ocasião contra a violência e a injustiça praticada contra Dom Vital pelo Governo Imperial (VACARIA, 1957). Para desviar a atenção dos protestos que estavam se formando, transferiram Dom Vital para o navio de guerra “Bonifácio”. Dom Vital aportou no seu destino final no dia 13 de janeiro e foi rapidamente conduzido em sigilo para o Arsenal da Marinha. Porém, a notícia de sua chegada começava a se espalhar. No primeiro instante, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, foi visitá-lo e para testemunhar sua admiração e total apoio aos seus atos, retirou sua cruz peitoral e a entregou ao bispo pernambucano, oferecendo toda a jurisdição de sua Diocese (VACARIA, 1957).

Julgamento e condenação

De fato, após um julgamento em que Dom Vital permaneceu calado por não reconhecer a competência do Supremo Tribunal de Justiça (VACARIA, 1957), o bispo olindense foi condenado “a quatro anos de prisão com trabalhos e custas”. Dom Vital foi o primeiro Bispo da história do Brasil a ser levado a um Tribunal, o 2º funcionário público da história condenado, e o primeiro a quem foi imposta uma pena. A prisão dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, apenas aparentemente encerrou a Questão Religiosa. O francês Jacques-Melchior Villefranche, biógrafo do Papa Pio IX, dedicou algumas páginas na biografia do Sumo Pontífice ao Bispo de Olinda, e comenta na ocasião a referida prisão.

A maior parte dos bispos do Brasil telegrafaram a felicitar monsenhor

Oliveira; todavia, somente um teve a coragem de se lhe associar, imitando-o. Foi este o bispo do Pará, o qual também não tardou a passar do seu palácio episcopal para uma prisão. (VILLAFRANCHE, 1877, p.515).

O poder estatal se sentia vitorioso, mas a consciência nacional ficava incomodada ao ver bispos presos em um país que o catolicismo era a religião oficial do Estado. O Imperador pensava que com a punição dos prelados, o caso estaria encerrado. Todavia, o Episcopado brasileiro começou a demonstrar grande solidariedade aos bispos presos, inclusive com a solidariedade de bispos do exterior:

Os Exmos. Arcebispo Primaz e Bispos de Mariana, São Paulo, Diamantina, Goiás, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro; e entre os estrangeiros os bispos de Guarda, Braga e Angra (Portugal), Chartres na França, Lerino (Nápoles), o Arcebispo de Santiago, os Bispos de Concepción, Himerio com Clero e fiéis, de La Serena (Chile), Arcebispos de Haiti e de Buenos Aires. Professores e alunos do Colégio Pio Latino-Americano, Associação das Obras Pontifícias da Bélgica, Associação Católica da Grã-Bretanha e de Portugal. (OLIVOLA, 1937, p.186).

Em maio de 1874, o Papa Pio IX escrevia ao Bispo do Pará e posteriormente ao Bispo de Olinda, onde aprovava inteiramente a maneira com que haviam se comportado, aconselhando-os que não esmorecessem na luta. Tais cartas foram publicadas em todo o Brasil a contragosto da Maçonaria, o que incentivava a reação do movimento católico no país. (VACARIA, 1957). Nesse momento, surgiram assinaturas de todas as partes do Brasil pedindo a libertação dos bispos e denunciando aqueles que condenaram os prelados.

Em muitas cidades e freguesias assinaram-se petições ao parlamento, e a S. M. o Imperador, para a libertação dos Bispos [...]. O lugar de honra pertence a Minas Gerais que apresentou 51.129 assinaturas; depois o Ceará com 31.325, o Pará com 6.000, e Pernambuco com 12.680, S. João d'El Rei com 226, Campanha 360, Mercês de Mar de Espanha 260, Constituição (S. Paulo)110, Ceará-Mirim 34, Caçapava 23, Lençóes 2.324, Pinheiros 63, Bagagem 302, Uberaba, etc. [...] Do Ceará veio outra petição de 5.134 assinaturas apresentando denúncia contra os Ministros Visconde do Rio Branco, Dr. J. Alfredo Correia de Oliveira, e Visconde de Caravelas, incurso no crime de maquinação contra a Religião do estado e crime conexo de suborno. [...] No Rio de Janeiro havia Missa marcada nas diversas igrejas às 8 horas todos os dias; da mesma forma se orava em todo o Brasil. (OLIVOLA, 1937, p.186-187).

No dia 9 de fevereiro de 1875, o Sumo Pontífice escreveu súplica ao Imperador: “Liberte os Bispos e ponha termo a essa dolorosa história!” (VACARIA, 1957, p.72). As reclamações e pedidos de libertação cresciam constantemente, e começaram a

DOM VITAL:

influenciar os deputados católicos. O Gabinete de Rio Branco não era popular perante a opinião pública. “Uma análise desse Gabinete mostrará que, diante dos problemas mais graves como a Questão Religiosa e o Quebra-Quilos, sua reação era meramente punitiva” (PEREIRA, 1966, p.107).

Constantes acusações recaíram sobre o Visconde do Rio Branco e o Visconde de Caravelas, os quais eram considerados instrumentos da Maçonaria. Começava assim, o declínio do gabinete Rio Branco. No dia 22 de junho de 1875:

[...] a câmara dos deputados, cansada com esta história sem saída e inquieta ao mesmo tempo com o número sempre crescente de petições a favor dos Bispos, negou-lhe a Rio Branco o voto de confiança. Findava-se assim [...] o seu Ministério. (VACARIA, 1957, p.73).

O Jornal *A União* de 3 de julho de 1875 publicou notícia do novo Gabinete. Escolhido por Dom Pedro II, a intenção do novo Chefe de Gabinete, Duque de Caxias, era resolver o caso dos bispos (PEREIRA, 1966). Neste sentido, “[...] as novas pugnas eleitorais elevaram afinal ao poder homens mais respeitosos pela independência das funções episcopais, e a perseguição brasileira chegou a seu termo” (VILLAFRANCHE, 1877, p.515).

Contudo, Duque de Caxias não agiu pelo impulso do momento ao procurar encontrar os meios para vencer a resistência do Imperador sobre os bispos, defendendo atitude moderada: “Fala-se também duma intervenção direta do Senhor Conde D’Eu e da princesa imperial Dona Isabel, a Redentora, junto do Imperador para a libertação dos Bispos” (VACARIA, 1957, p.73). As ações da Princesa Isabel, visitando Dom Vital na prisão ou intercedendo por sua libertação perante seu pai, iriam futuramente trazer consequências sobre a sua sucessão ao Trono. Eis, que, enfim, fora publicado o Decreto de Anistia n.º 5.933 de 17 de setembro de 1875, onde expressamente anistiava os “Eclesiásticos das Dioceses de Olinda e do Pará, que se acham envolvidos nos conflitos suscitados em consequência dos interditos postos a algumas irmandades das referidas Dioceses[...]” (REIS, 1940, p.319).

Com a libertação dos Bispos, chegava ao fim a Questão Religiosa. Dom Vital tratou de escrever prontamente carta ao Papa Pio IX anunciando sua libertação e uma visita *ad Limina Apostolorum*, mesmo antes de retornar à sua Diocese, para fornecer pessoalmente um relatório exato do que havia acontecido. Posteriormente, escreveria carta pastoral à sua Diocese comunicando a notícia. Porém, as consequências da

Questão Religiosa não terminariam com essa anistia.

Dom Vital embarcou para a Itália no dia 4 de outubro de 1875, e foi recebido pelo Papa Pio IX. Naquela ocasião, narrou acontecimentos em mais de uma audiência e, posteriormente, o papa lhe entregou a Encíclica *Exortae*, onde aprovaria por completo o modo de agir de Dom Vital e de seu companheiro, Dom Antônio de Macedo Costa (VACARIA, 1957). Tal Encíclica foi prontamente enviada ao Brasil por Dom Vital e amplamente publicada e lida em todas as Igrejas do Império.

Finalmente, aos 19 de setembro de 1876, Dom Vital retornava à sua Diocese pernambucana a 6 de outubro, sendo recebido em triunfo por imensa multidão que se aglomerava no porto, seguindo-o em procissão pelas ruas tomadas até a Igreja de São Pedro, onde pronunciou contundente discurso. (VACARIA, 1957). Seis dias apenas de sua chegada da Europa, Dom Vital foi ao Rio de Janeiro para apresentar o seu relatório da viagem ao governo imperial e prestar-lhe homenagens e obediência, demonstrando assim que não era um rebelde (VACARIA, 1957). Porém, o estado da sua saúde se agravava. Em 1 de maio de 1877, retornou à França em busca de tratamento. Durante a viagem, decidiu renunciar ao bispado, porém o Sumo Pontífice estimulou a sua coragem ao não admitir a sua renúncia. (VACARIA, 1957). Em 26 de janeiro de 1878, acometeu-lhe grande mal. Por conselho dos médicos, saiu de Roma em direção à França. Desembarcou em Paris no dia 13 de março, falecendo no dia 4 de julho de 1878. De acordo com a observação do Padre Provincial que o acompanhava, Dom Vital perdoou os seus inimigos. Tinha 33 anos de vida, 14 de profissão religiosa e 6 anos de episcopado.

Consequências

Efetivamente, a Anistia dos bispos encerrou a Questão Religiosa, mas não as suas consequências que provocaram reverberações políticas e crises institucionais por todo o país até a derrubada do Império. Ponto marcante, a rebelião do Quebra-Quilos atingiu quatro províncias do Nordeste (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte), que teve como fator principal a rejeição ao sistema métrico decimal que havia entrado em vigor. O povo estava acostumado às antigas medidas, como côvados, braças, libras etc, e agora trabalhavam com quilos, litros, metros. A desconfiança popular

DOM VITAL:

era imensa. Com isso, ocorreu o aumento do preço dos alimentos, a subida dos tributos, do desemprego e o alistamento militar obrigatório, que havia sido instituído em 26 de setembro de 1874. (MONTEIRO, 1997)

O governo, por intermédio do Visconde do Rio Branco, acusou a Igreja do Nordeste pela rebelião popular e os ultramontanos por serem líderes do movimento, indicando que alguns padres estavam pregando a revolta. Na mesma época, a Questão Religiosa agitava o país; e Dom Vital, preso, afirmava em 1874. “Também isso contribuiu para a revolta do povo, ajudando a compor o quadro de insurreição espontânea e generalizada que marca o Quebra-Quilos”. (MONTEIRO, 1997, p.5). Como exemplo, na cidade de Areia, na Paraíba:

[...] os revoltosos quiseram demolir o teatro, por considerá-lo uma casa maçônica; como não conseguiram, passaram a destruir todos os móveis e objetos. Chegaram a esfaquear um retrato de Dom Pedro II, acusando o imperador de maçom. Seguiram depois para o cemitério da cidade, onde tentaram desenterrar o cadáver do juiz de direito, Francisco de Araújo Barros, por considerar que não devia permanecer enterrado em “campo santo”, pois tinha sido maçom. (MONTEIRO, 1997, p.6)

Com os questionamentos surgidos com a Questão Religiosa, a separação entre Religião e Estado passou a fazer parte de debates relacionados a temas e problemas fundamentais para a formação do Brasil.

Os campos entre a Igreja e a Maçonaria estavam perfeitamente delimitados. Dom Vital mostrou que havia uma doutrina e que essa doutrina, emanada de Roma e dos Papas, não podia ser torcida nem acomodada aos interesses dum Gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. [...] Não faltaram provocações mesmo depois da Questão Religiosa, quando tudo parecia encerrado, menos uma coisa: o drama que representava a anistia para os ressentidos e vencidos. E mais: as lutas entre a Igreja e a Maçonaria. Não faltaria também quem considerasse a Questão Religiosa – que tanto aturdiu certos espíritos – um erro do Bispo, uma imprudência, um capricho. (PEREIRA, 1966, p.193).

Para João Camilo de Oliveira Torres, é comum alinhar a Questão Religiosa entre as causas que levaram à República, expondo que a prisão dos bispos tirara do trono as simpatias da população. (TORRES, 1968). A figura da Princesa Isabel, sucessora de Dom Pedro II ao trono, foi alvo de protestos mais numerosos aos endereçados ao Imperador.

A campanha republicana não se dirigia propriamente contra D. Pedro II, mas contra D. Isabel. A “beata”, eis o tema de tantos discursos e panfletos, alguns de baixo estofo moral e intelectual.

Como sabemos, os temas da propaganda republicana, em geral eram os da incompatibilidade da Princesa – e para o povo, o que valia, era que o Imperador seria um francês, que não conseguira evitar o sotaque parisiense, antipático, “pão duro”, ainda por cima. Sagazmente, a propaganda não procurava tirar, do povo, seus sentimentos de carinho para com o velho Imperador que todos amavam, preferia criar um clima de animosidade para com o “francês”. (TORRES, 1968, p.156).

Dona Isabel era católica praticante e a campanha contra ela se concentrou em seu suposto “fanatismo religioso”. Um futuro governo de Dona Isabel seria o apogeu do ultramontanismo, contrapondo o reinado liberal de Dom Pedro II, daí a comparação da Princesa Isabel com a Rainha Dona Maria I, o que a levou a responder com ironia tipicamente brasileira: “Mas minha tataravó era maluca...” (TORRES, 1968, p. 157).

Sobre a importância da participação da Princesa Imperial nos assuntos que envolveram a Questão Religiosa, e naquilo que dependeria o futuro da Coroa no Brasil, comenta Hermes Vieira alguns bastidores:

[...] procurou Isabel trabalhar pela libertação incontinenti dos dois bispos. O soberano, levando a insistência da filha à conta de seu fervor religioso, não acolheu devidamente a argumentação que ela lhe pregara para convence-lo. A Princesa, porém, não se dava por vencida. De uma feita, foi ter com Rio Branco, que ainda permanecia à frente do governo e já se tinha afeiçoado a ela. Pediu-lhe para pôr termo à questão[...]. Homem de fibra e de critério, embora a questão se iniciasse com o seu Gabinete e fosse Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, mal terminou a conferência com a Princesa, buscou avistar-se com o Imperador, a quem propôs a intervenção da anistia aos bispos. Dom Pedro estranhou a atitude de Rio Branco. Ele se explica: as manifestações públicas eram cada dia mais fortes, em favor dos prelados, e isso impopularizava o seu Gabinete...[...] Dom Pedro, arguto e experimentado, compreendeu facilmente o porquê da resolução de Rio Branco. E não cedeu[...] eis que um dia, ao chegarem os Imperadores ao Paço, teve a Princesa a satisfação de ouvir do Soberano a notícia de que pretendia visitar de novo o Velho Mundo, logo após o nascimento do menino que ela esperava, alegando que a precariedade de saúde de Dona Teresa Cristina assim o exigia. A Princesa valeu-se do ensejo e declarou ao pai que só aceitaria a Regência com satisfação, se ele anistiasse os defensores das doutrinas e conselhos do “*Syllabus*”. O Imperador enrugou o cenho, não respondeu. Ela tornou, decidida, ao assunto. “- Pois o papai fique certo de que, se até eu assumir a Regência o caso permanecer como está, eu anistiarei os bispos. Será o meu primeiro ato!” (VIEIRA apud GUERRA, 1952, p. 242-243).

Por sua vez, expõe Torres sobre a influência da Princesa Isabel nessa década de 1870 e a sua participação na Questão Religiosa:

D. Isabel tivera influência na anistia aos bispos [...] E graças a ela, admite-se, começou a haver um verdadeiro renascimento religioso na década de 80, com a vinda de ordens religiosas, com o fim de certas restrições antigas. [...] De qualquer modo, a primavera religiosa do fim do reinado de D. Pedro II e

DOM VITAL:

que se prolongaria depois, nasceu da influência da Princesa na vida brasileira. (TORRES, 1968, p.157)

D. Isabel não fez nenhuma defesa pública para que os bispos fossem anistiados, mas mesmo o seu desejo velado pela liberação dos prelados não seria impune.

O desafio da Igreja irritou e a anistia ultrajou os maçons e seus simpatizantes, entre os quais figuravam o que hoje denominaríamos os segmentos “progressistas” da sociedade brasileira. A concessão da anistia foi amplamente atribuída à influência de D.Isabel. O *Mequetrefe*, uma revista semanal, chegou a publicar uma charge intitulada “A anistia”, na qual o perfil da princesa eclipsava o Sol, no qual estava escrito “Liberdade”. [...] A mentalidade prevalecente, que considerava a falta de racionalidade, a incapacidade nos negócios públicos e a instabilidade emocional características inatas da mulher, fez da princesa um alvo fácil de satanizar. Ela se tornou a encarnação e a gente das forças da reação que obstruíam o caminho do Brasil rumo ao progresso. (BARMAN, 2005, p.185-186)

Roderick J. Barman afirma que pela sua condição de mulher, as capacidades de D. Isabel para exercer os atributos de governante estavam sendo questionadas. A questão Religiosa explicitou a mentalidade da época contra o protagonismo das mulheres, principalmente vinda dos meios liberais e “progressistas”. Talvez, um desses indícios pode ser constatado no fato de que não foi o Imperador alvo dos detratores da anistia dos bispos, mas sim a própria Princesa. Dona Isabel receberia das mãos do papa Leão XIII a Rosa de Ouro pela sua participação na Abolição da Escravatura. Isso para muitos demonstrava a sua vassalagem a Roma. Outra visão, na opinião de Oliveira Torres, uma identificação dos objetivos políticos da Redentora com os ideais do “Papa dos operários” que viria a redigir a Encíclica *Rerum Novarum* referente à doutrina social da Igreja.

A Questão Religiosa, assim teria influído na propaganda republicana: criando um clima de hostilidade à possibilidade de um reinado social-cristão com D. Isabel, a Católica. E o que parecia o festivo raiar do III Reinado foi a grande festa final do Império: a 28 de setembro de 1888 a Princesa Imperial recebia a Rosa de Ouro. O orador, D. Antônio de Macedo Costa, o companheiro de D. Vital pronuncia famoso discurso, no qual se destaca esse trecho, verdadeiro programa para o novo reinado da união amiga entre o Trono e o Altar: “Abolimos o cativo material. Foi muito; mas isto foi apenas o começo; removemos um estorvo e nada mais. Cumpre agora abolir o cativo moral: é necessário resgatar as almas de tudo o que é baixo, vergonhoso, degradante. Restaurar moral e religiosamente o Brasil. Esta é a obra das obras; a obra essencial, a obra fundamental sobre que repousa a estabilidade do trono e o futuro da nossa nacionalidade”. (TORRES, 1968, p.158).

A Maçonaria e alguns representantes do Estado imperial, não se contentaram com

os resultados do que havia ocorrido e a libertação dos bispos. A influência da Princesa Isabel durante o litígio dos bispos conduziu críticas à sua religiosidade possivelmente adepta do pensamento tradicionalista e ultramontano. O seu marido, conde D'Eu era um religioso católico francês, o que abria discussões sobre a conveniência do esposo da futura Imperatriz ter outra nacionalidade. Um golpe militar, imbuído com um pensamento positivista, derrubou o Trono na calada da noite e a República surgia sem o clamor popular, separando a Religião do estado. Contudo, o Altar se via livre das amarras estatais, para poder atuar livremente no território nacional.

CONCLUSÃO

A década de 1870 foi de crucial importância para compreender os últimos anos do Império brasileiro. Em consequência, a figura marcante do pernambucano Dom Vital se fez presente como uma parte primordial desse momento. O jovem de saúde frágil a descobrir a sua vocação religiosa, formou-se e foi ordenado na França. Naquele país, estabeleceu contato com o pensamento ultramontano, tradicionalista e mesmo antimoderno⁴ francês, que se opunha à correnteza da Revolução Francesa, tendo um de seus expoentes Joseph de Maistre, do qual Dom Vital teve contato com suas obras e que é citado nos escritos do bispo olindense, particularmente, ao escrever as *Relações entre a Igreja e o Estado*⁵.

Dom Vital recebeu toda essa formação intelectual na França, além de observar todo o litígio histórico entre a Maçonaria e a Igreja Católica na Europa, a perseguição contra a Igreja, seja na Alemanha de Bismark ou mesmo na Itália, e sua unificação, acabando com os Estados Pontifícios, relegando o Papa aos muros do Vaticano.

Esse mesmo Dom Vital posteriormente é escolhido por Dom Pedro II (que era chefe do Padroado e responsável pelas indicações dos bispos), para tomar posse da Diocese de Olinda. Dom Vital assim chegou ao Brasil no exato momento em que a Igreja e a Maçonaria iriam iniciar os seus embates, principiando tudo no Rio de Janeiro, em

⁴ Sobre o pensamento antimoderno, principalmente entre os intelectuais do final do século XVIII, início do século XIX, conferir: COMPAGNON, Antoine. Os antimodernos. De Joseph de Maistre a Ronald Barthes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

⁵ Presente em: "O Bispo de Olinda e os Seus Acusadores no Tribunal do Bom Senso ou Exame de aviso de 27 de setembro e da denúncia de 10 de outubro, e reflexões acerca das Relações entre a Igreja e o Estado, pelo mesmo Bispo. Recife, 1873. Nessa obra consta as próprias defesas de Dom Vital contra as acusações contra ele, e seu pensamento sobre a relação entre a Igreja e o Estado.

DOM VITAL:

1872. Mas, o “homem de espanto” como era tratado por sua mãe, mesmo sendo muito jovem, não iria compartilhar da passividade com que eram acometidos historicamente o episcopado brasileiro. Chegando à Pernambuco, não se calou frente aos ataques da Maçonaria que estavam ocorrendo em todo o país contra os clérigos.

O bispo olindense não abria mão de cuidar dos assuntos espirituais, e por isso seguiu as encíclicas e bulas papais, mesmo não sendo placitadas pelo Imperador. Deveras, sua experiência era a Europa, e ele não queria que ocorresse no Brasil o que havia presenciado no velho continente. Por isso lutava com todas as forças pela prevalência de seus direitos como Bispo e a proteção dos direitos e da Tradição da Igreja. Tinha obediência ao Imperador, mas desde que este não se intrometesse em assuntos que cabiam exclusivamente aos bispos. Dom Vital defendia o Estado ter uma religião oficial. Mas, para alguns, segundo o mesmo bispo, somente era interessante ter a Igreja como a religião do Estado para controlá-la, e assim ter sob suas asas todo o poder eclesiástico, pouco ligando para as questões espirituais.

A Questão Religiosa está inseparavelmente ligada à vida de Dom Vital, pois faleceu logo em seguida à sua anistia, com 33 anos de idade. Foi 2º funcionário público a ser condenado, e o 1º a ser imposta uma pena. O clamor público contra a condenação e prisão dos bispos, como observamos, cresciam a cada momento, o que fez com que a Princesa Isabel agisse, não publicamente, mas nos bastidores, para que anistassem os bispos. Com a ajuda de Duque de Caxias, que havia assumido o Gabinete de Ministros, Dom Pedro II, mesmo a contragosto, concede a anistia. Mas como vimos às consequências da Questão Religiosa e os acontecimentos na Província de Pernambuco não terminaram na liberação dos bispos. Saldanha Marinho, que era Grão-Mestre da Maçonaria, continuaria incansavelmente seu combate contra a Igreja. A Maçonaria não ficara satisfeita com o resultado da Questão Religiosa. A atuação da Princesa Isabel na questão dos bispos, sua grande religiosidade, e sua aproximação com o Papa Leão XIII, demonstrava para os liberais, positivistas e progressistas que sua subida ao trono poderia trazer uma pauta ultramontana nos caminhos do governo, assim, sua coroação deveria ser evitada. Colocava em dúvida, inclusive, sua capacidade, simplesmente por ser mulher. A relação entre o Trono e o Altar não era mais vista como viável para o pensamento liberal e positivista que se apresentava.

As ações de Dom Vital, no mínimo, trouxeram uma dúvida sobre a conveniência dessa íntima relação entre a Igreja e o Estado. A separação entre as duas forças passou a ser discutida. De fato, as consequências da Questão Religiosa não foram as únicas que provocaram a queda da Coroa, mas contribuíram com as demais, em uma somatória de fatos que influiu os republicanos a proclamarem a República. No mais, essa figura tão fisicamente frágil de Dom Frei Vital, mas de uma personalidade descomunal, colocou definitivamente suas digitais na história brasileira, provocando também uma reação católica entre os intelectuais, que iria resultar na criação do Centro Dom Vital em 1922, inspirado nos atos e na obra intelectual do bispo de Olinda, onde despontaram personalidades como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção.

Pode-se até discutir se o bispo olindense teve razão ou não em suas posições, se deveria ser mais enérgico ou mais moderado, porém, um fato inegável é que, inicialmente sozinho, o jovem bispo se colocou contra os mandos do Império e a prestigiada Maçonaria; fez sua própria defesa perante a justiça; levantou e deu coragem ao episcopado brasileiro, e seguindo fielmente somente aquilo em que acreditava, não entrou em contradição com a sua biografia, manteve a personalidade forte e a coragem que o acompanhava desde a sua infância, lutando por suas convicções, e até a sua morte, não deixou de ser o mesmo “homem de espanto”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial. Um projeto Autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Editora Paulus, 1994.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil. Gênero e Poder no século XIX**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOM VITAL:

CANDIDO, Antônio. **O Método de Silvio Romero**. São Paulo: USP, 1963.

CONVENTO DA PENHA. **Dom Vital In Memoriam – 1878-1978**. Recife, 1979.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1956.

DANIEL-ROPS, Henri. **V. A Igreja da Renascença e da Reforma 2. A Reforma Católica**. São Paulo: Editora Quadrante, 1999.

_____. **VIII. A Igreja das Revoluções 1. Diante de novos destinos**. São Paulo: Editora Quadrante, 2003.

GUERRA, Flávio. **A Questão Religiosa do Segundo Império Brasileiro – Fundamentos Históricos**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1952.

MACEDO, Ubiratan Borges. **A Liberdade no Império. O pensamento sobre a liberdade no império brasileiro**. São Paulo. Ed. Convívio, 1977.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-Quilos. Lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MATOS, Henrique Cristiano Jose. **Nossa História: 500 Anos de Presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 2. São Paulo: Paulinas, 2002.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MONTEIRO, Hamilton Mattos. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Editora ática, 1997.

OLIVOLA, Frei Felix de O. F. M. Cap. **Um Grande Brasileiro**. Recife: Imprensa Industrial, 1937.

OLIVOLA, Frei Felix de O. F. M. Cap. **Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, dos PP. Capuchinhos. Bispo de Olinda**. Recife, Escola Gráfica Editora, 1963.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1982.

_____. **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

REIS, Manuel Antônio dos. **O Bispo de Olinda Perante A História**. Recife: Imprensa Industrial, 1940.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Histórias das Ideias Religiosas no Brasil**. São Paulo:

Editora Grijaldo Ltda. 1968.

VACARIA, Frei Artur de. **Dom Vital**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1957

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

VILLEFRANCHE, Jacques Melchior. **PIO IX – Sua vida, sua história e seu século**. Lisboa: Livraria e Editora de Mattos Moreira e Cia., 1877.

VITAL, Dom Frei Maria. **O Bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso**. RECIFE, 1873.

Recebido em 30/08/2018
Aprovado em 10/11/2018